

**ANÁLISE DOS IMPACTOS DA ADOÇÃO DAS NORMAS CONTÁBEIS
INTERNACIONAIS NOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS DE
EMPRESAS DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL**

**ANALYSIS OF IMPACTS OF THE ADOPTION OF INTERNATIONAL
ACCOUNTING STANDARDS IN FINANCIAL INDICATORS
TELECOMMUNICATIONS SECTOR COMPANIES IN BRAZIL**

Débora Vilela Zuza¹

Lucas Fernandes Rocha²

Valdiney Alves de Oliveira³

Resumo:

O objetivo geral deste estudo consiste em identificar e analisar, quais foram os impactos provocados em função da adoção das normas internacionais de contabilidade denominadas IFRS, nas empresas de telecomunicações no Brasil no período de 2007 a 2010. A amostra constituiu-se por empresas listadas na BM&FBOVESPA e resultou em uma amostra final de quatro empresas, sendo elas: Embratel Participações S/A, Telefônica Brasil S/A, Oi S/A e Tim Participações S/A. A partir desta amostra foram calculados indicadores de liquidez (Índice de Liquidez Corrente e Índice de Liquidez Geral), indicadores de rentabilidade (Retorno sobre o Investimento - ROI e Retorno sobre Patrimônio Líquido - ROE). As evidências apontaram que para as empresas Embratel S/A e Tim Participações S/A não houve impactos da adoção das normas internacionais nos indicadores calculados. Já para as empresas Telefônica Brasil S/A e Oi S/A apesar de pouco expressivo, foram encontrados influências das IFRS. Na Telefônica Brasil S/A foram encontrados impactos nos indicadores ROI e ROE e na Oi S/A nos índices de Liquidez Corrente, ROI e ROE.

Palavras-chave: IFRS. Indicadores econômico-financeiros. Empresas de telecomunicações.

Abstract:

The purpose of this study is to identify and analyze what were the impacts resulting from the adoption of international accounting standards (IFRS) in the telecommunications industry in Brazil from 2007 to 2010. The sample was constituted by listed companies in the Stock Exchange Of São Paulo (BOVESPA) and resulted in a final sample of four companies, namely: Embratel Participações S/A, Telefonica Brazil S/A, Oi S/A and Tim Participações S/A. From this sample the liquidity ratios (Current Ratio and Liquidity General Ratio), the profitability ratios (Return on Investment - ROI and Return on Equity - ROE) were calculated. The evidence showed that for the following companies: Embratel S/A and Tim Participações S/A, there was no impact from the IFRS in the economic and financial ratios. As for companies Telefonica Brazil S/A and Oi S/A though few expressive, IFRS's influences were found. In the Telefonica Brazil S/A some effects were found in the ROI and ROE and in the company Oi S/A were found in both: Liquidity ratios, ROI and ROE.

Keywords: IFRS; Economic and Financial Ratios; Telecommunication Industry.

¹ Bacharel em Ciências Contábeis FACIC/UFU – debora-zuza@hotmail.com

² Bacharel em Ciências Contábeis FACIC/UFU – luksfernandes@hotmail.com

³ Mestre em Administração pela Universidade Federal de Uberlândia – valdiney@facic.ufu.br

1 INTRODUÇÃO

Diante do crescimento dos mercados e da globalização da economia, torna-se necessária a elaboração de normas contábeis que possam ser aplicadas mundialmente e que sejam capazes de facilitar a comunicação entre os agentes econômicos.

Considerando que a Contabilidade configura-se na principal forma de comunicação entre as entidades e os investidores, para análise e avaliação de investimentos por parte destes, a utilização de diferentes normas contábeis têm dificultado a comparação e o entendimento das informações financeiras e econômicas, fazendo com que aumente o interesse pela convergência das normas contábeis (ALMEIDA *et al.*, 2008).

A adoção de um conjunto de normas contábeis único está associada a benefícios como a comparabilidade de informações contábeis, redução de riscos ligados aos negócios e acessibilidade de recursos na esfera global. Esta linguagem comum permite também que sejam tomadas decisões por parte dos investidores, sobre em qual empreendimento e em qual lugar do mundo empregará seus recursos (OLIVEIRA; LEMES, 2010).

Diante de tal realidade, o *International Accounting Standard Board*, doravante IASB, tornou-se o órgão responsável por emitir as Normas Internacionais Contábeis, ou *International Financial Reporting Standard*, neste texto, IFRS. O fato do IASB ter se tornado o órgão responsável pela emissão das IFRS colaborou para a construção de uma linguagem única para as informações contábeis.

Com o mesmo intuito de padronização, no Brasil, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com o objetivo de emitir Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade, de modo a possibilitar a normatização contábil-regulatória por parte da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Esse intuito pode ser notado na Resolução CFC nº 1.055/05, capítulo II, Art. 3º, de acordo com a qual a unificação visa à “centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência com a Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais” (CFC, 2005, p. 3). O CPC é o comitê responsável por divulgar os pronunciamentos contábeis em conformidade com as IFRS. Para cada norma internacional emitida pelo IASB, existe um pronunciamento correspondente emitido pelo CPC (COSTA; YAMAMOTO; THEÓPHILO, 2011).

Diante da normatização regulatória, as empresas brasileiras elaboraram suas primeiras demonstrações contábeis baseadas nas IFRS, a partir do exercício finalizado em 31 de dezembro de 2010, em comparação com o exercício de 2009 (COSTA; YAMAMOTO; THEÓPHILO, 2011), iniciando assim o processo de convergência das normas contábeis.

A adoção de novas práticas contábeis resultou, teoricamente, em mudanças nos resultados econômicos e financeiros das companhias tendo em vista os novos critérios de reconhecimento e mensuração, como exemplo a forma de avaliação de recuperação de ativos.

Nesse sentido, este estudo intenta responder a seguinte questão de pesquisa: quais foram os impactos provocados nos indicadores econômico-financeiros de empresas de telecomunicações em função da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS)?

De acordo com Casca (2009), no processo de convergência com as IFRS, as empresas do setor de telecomunicações destacam-se por seus constantes avanços tecnológicos, pelo investimento de capital estrangeiro e pela expansão de mercados. Pode-se citar também como importante fator que motivou a opção por este tema a representatividade deste setor econômico no mercado de capitais, além da relevância desse segmento no campo social por meio da geração de emprego e renda. O segmento de telecomunicações é parte integrante do setor de serviços no Brasil, que, em dezembro de 2012, empregava cerca de 10,9 milhões de pessoas, o que representava 56,3% das pessoas ocupadas nas regiões metropolitanas do Brasil e no Distrito Federal, conforme balanço anual do Dieese do ano de 2012 (DIEESE, 2013).

Artigos e pesquisas recentes têm sido desenvolvidos com o objetivo de se analisar os impactos nos indicadores econômico-financeiros e mapear as principais diferenças encontradas nas demonstrações contábeis após a adoção das normas internacionais, em diferentes setores econômicos (ver, por exemplo: LEMES; SILVA, 2007; CARVALHO *et al.*, 2011; ALMEIDA *et al.*, 2011; MARIA JUNIOR *et al.*, 2012).

No estudo de Carvalho *et al.* (2011) afirmam que a convergência de informações contábeis contribui também para a melhoria e a transparência das demonstrações contábeis, facilitando o acesso das empresas brasileiras aos mercados externos como forma de atrair capitais estrangeiros para o país. Dessa forma, pode-se inferir que a melhoria e a transparência das informações contábeis influenciam positivamente o setor econômico, pois contribuem para a abertura do mercado brasileiro para investimentos externos, o que movimenta a economia do país.

Encontram-se, em meio a essa realidade, as companhias de telecomunicações, que estão inseridas em um mercado cada vez mais dinâmico e que, por conta de sua dinamicidade, necessitam de grandes investimentos em tecnologias, além de melhoria e desenvolvimento de novos produtos para atendimento aos clientes.

Cabe, também, destacar a expressiva contribuição de cunho social das empresas de Telecomunicação para o país. Conforme aponta notícia publicada na Revista Eletrônica *Teletime* em 13 de abril de 2013, o Brasil é tido como líder na geração de empregos no período de 2008 a 2011, no setor de Telecomunicações na América Latina. De acordo com a referida publicação, houve um aumento de 133% no número de postos de trabalho, o que demonstra a representatividade desse setor no país (TELETIME, 2013).

2 BASE TEÓRICA

2.1 Objetivo da Contabilidade

A Contabilidade pode ser considerada um sistema de informação capaz de identificar, avaliar e elaborar em forma de relatórios contábeis, informações úteis e relevantes para a tomada de decisão pelos seus usuários (MALAQUIAS, 2008).

Iudícibus, Martins e Gelbcke (2006, p.48) definem como objetivo geral da contabilidade “prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade em relação à entidade objeto da contabilização”, ou seja, as informações contábeis são elaboradas para atender a necessidade de seus usuários, devendo sempre ser transparentes e representar a realidade da empresa.

Quanto aos usuários, Oliveira, Silva e Zuccari (2010) afirmam que são pessoas físicas, jurídicas e órgãos governamentais, entre outros, que utilizam a Contabilidade como fornecedora de informações e buscam nos instrumentos contábeis suas respostas. Afirmam, também, que as informações fornecidas a esses usuários devem possuir alto nível de qualidade, clareza e objetividade, permitindo que o usuário possa analisar e avaliar a situação financeira e econômica da organização. Desse modo, observa-se que vários são os usuários das informações contábeis, dentre os quais, destacam-se os investidores, diretores, bancos, gestores, de forma que cada um possui uma necessidade de informação específica.

A partir da elaboração de relatórios contábeis, que visam o fornecimento de informações úteis e relevantes para os usuários, é possível analisar o desempenho das empresas por meio de indicadores financeiros. Esses indicadores permitem visualizar a situação real da empresa e identificar tendências futuras.

2.2 Processo de Convergência das Normas Contábeis

A adoção das normas internacionais de contabilidade pelas empresas em todo o mundo está ligada aos benefícios econômicos que elas podem promover, dentre os quais destaca-se a

atração de investimentos, tendo em vista que a globalização trouxe a procura por informações contábeis consistentes, confiáveis e comparáveis a fim de suportar diversas transações e operações do mercado (ANTUNES; ANTUNES; PENTEADO, 2007). Nesse contexto, Castro (2001, p.1) argumenta que:

a expansão do mercado financeiro internacional, a constante necessidade de captação de recursos no mercado externo e a ampliação dos negócios decorrentes do processo de globalização formaram fatores que determinaram a pressão dos usuários da informação contábil por normas contábeis internacionais.

A partir da associação entre organismos profissionais de contabilidade da Austrália, Canadá, França, México, Holanda, Reino Unido, Irlanda e Estados Unidos, por ocasião do Congresso Internacional de Contadores em Melbourne, o IASB foi criado, em 1973 sob a sigla IASC (*International Accounting Standards Committee*) (NIYAMA, 2008), com o objetivo principal de “promover a interação dos mercados de capitais de todo o mundo com uma linguagem comum para relatórios financeiros” (IASB, 2008, p.1). Atualmente, além de representar uma fonte de referência mundial para as práticas contábeis, o IASB é o órgão responsável por emitir um conjunto de normas denominadas IFRS, com o objetivo de construir uma linguagem comum para as normas e práticas contábeis em um contexto mundial.

As normas internacionais foram adotadas em diversos países de forma gradativa e por fatores diversos. De acordo com Oliveira e Lemes (2011), a decisão de adoção das normas internacionais pela União Européia em 2005 é fruto de uma série de trabalhos nos países europeus, que visavam à adoção de normas determinadas nos prazos estabelecidos pelo Parlamento Europeu. Outros países como México e Austrália também já determinaram a convergência com as IFRS.

É importante ressaltar que para que haja realmente uma convergência para as normas do IASB, deve-se considerar a necessidade de alterações, em alguns casos apenas parcialmente, da estrutura contábil do país onde as IFRS serão implementadas como normas contábeis oficiais (OLIVEIRA; LEMES, 2011).

2.3 Indicadores Econômico-Financeiros

Os chamados indicadores econômico-financeiros permitem a análise e o entendimento do desempenho das empresas a partir das informações contábeis elaboradas. Para Matarazzo (2003, p. 39) “a análise das demonstrações contábeis visa extrair informações para a tomada de decisão. O perfeito conhecimento do significado de cada conta facilita a busca de informações precisas”.

Neste contexto, para Assaf Neto e Lima (2009), a análise das demonstrações contábeis visa o estudo do desempenho econômico-financeiro de uma determinada empresa em um determinado período para verificar a sua posição e seus resultados para que se consiga prever tendências futuras. No mesmo sentido, Matarazzo (2003) afirma que a análise dos balanços tem como objetivo obter informações das Demonstrações Financeiras para a tomada de decisões.

Dessa forma, os usuários utilizam as informações extraídas das demonstrações contábeis de acordo com sua necessidade, seja ela para transações de compra de ações, como de compra de mercadoria ou, por exemplo, obtenção de empréstimos (MARIA JUNIOR *et al.*, 2012). Assaf Neto (2007) categoriza os indicadores de análises classificados em liquidez e atividade, endividamento e estrutura, rentabilidade e análise de ações.

Para o este estudo, serão utilizados os indicadores de liquidez (índices de liquidez geral e liquidez corrente) e indicadores de rentabilidade (Retorno sobre investimento – ROI e Retorno sobre o Patrimônio Líquido – ROE), a fim de apresentar as principais alterações ocasionadas pela adoção das normas internacionais de contabilidade.

2.3.1 Indicadores de Liquidez

De acordo com Assaf Neto (2007), “os indicadores de liquidez visam medir a capacidade de pagamento de uma empresa...”, ou seja, a capacidade de cumprir com os compromissos de pagamentos assumidos. Dentro deste grupo, destacam-se os índices de liquidez corrente e índice de liquidez geral, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Índices de Liquidez

Índice de Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
Índice de Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realiz. a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exig. a Longo Prazo}}$

Fonte: Assaf Neto (2007)

2.3.2 Indicadores de Rentabilidade

Segundo Assaf Neto (2007, p.124), os indicadores de rentabilidade “visam avaliar os resultados auferidos por uma empresa em relação a determinados parâmetros que melhor revelem suas dimensões”, ou seja, avaliar os resultados obtidos pela organização de acordo com os parâmetros estabelecidos. Dentre este grupo, destacam-se o Retorno sobre o Investimento – ROI e o Retorno sobre o Patrimônio Líquido – ROE, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Índices de Rentabilidade

Retorno sobre o Investimento (ROI)	$\frac{\text{Lucro Gerado pelos Ativos (Operacionais)}}{\text{Investimento Médio}}$
Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}}$

Fonte: Assaf Neto (2007)

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 Classificação da Pesquisa

O estudo em questão é resultante de uma pesquisa descritiva, pois busca analisar os impactos da adoção das normas internacionais contábeis nos indicadores econômico-financeiros das empresas da amostra. De acordo com Martins (2007, p.36), a pesquisa descritiva possui como objetivo “a descrição das características de determinada população ou fenômeno, bem como o estabelecimento de relações entre variáveis e fatos”.

Quanto ao método de abordagem, a pesquisa classifica-se como qualitativa, tendo em vista que, a partir dos cálculos realizados foram feitas as análises dos impactos das IFRS nestes indicadores.

Raupp e Beuren (2004, p. 92) defendem que pesquisas qualitativas geram “análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado” e ainda visam a “destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último”.

Por fim, quanto aos procedimentos técnicos, que de acordo com Andrade (2004, p. 20) “são a maneira pela qual se obtêm os dados necessários para a elaboração da pesquisa”, foi realizado, neste estudo, uma pesquisa documental, que “baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (RAUPP; BEUREN, 2004, p. 89). Ainda segundo os autores, este procedimento nomeia, analisa e interpreta a informação, tentando expurgar algum sentido para obter valor e fornecer dados úteis para pesquisas futuras.

3.2 Amostra da pesquisa e análise dos dados

O universo da pesquisa consistiu-se em empresas do setor de telecomunicações, listadas na BOVESPA no ano de 2013, totalizando 10 empresas, a saber: Algar Telecom S/A, Embratel Participações S/A, Jereissati Participações S/A, Jereissati Telecom S/A, LF Tel S/A, Oi S/A, Telemar Participações S/A, Telefônica Brasil S/A, Inepar Telecomunicações S/A, e Tim Part. S.A.

Para este estudo, foram selecionadas empresas que no ano de 2010 apresentavam Patrimônio Líquido (PL) maior que a média encontrada (R\$ 7.407.188 milhões) entre as empresas do setor de telecomunicações, que, dessa forma, possuíam maior representatividade no mercado. Além disso, foram excluídas desta análise as empresas Jereissati Participações S/A, Jereissati Telecom S/A e LF Tel S/A, pelo fato de a companhia LF Tel S/A concentrar os investimentos do Grupo Jereissati no setor de Telecomunicações e participar do bloco de controle da Telemar Participações S.A. que, por sua vez, controla a Oi S.A. empresa já abordada neste trabalho. Desta forma, a amostra resultou em seis empresas, conforme Tabela 3.

Tabela 3 – Empresas listadas na Bovespa

CIA TELECOMUNICAÇÕES		PL 2010
Algar Telecom S/A		468.676
Embratel Participações S/A		10.690.708
Oi S/A		11.336.839
Telefônica Brasil S/A		11.667.114
Tim Participações S/A		10.300.809
Inepar Telecomunicações S/A		-21.020
Média	Mediana	Desvio Padrão
7.407.188	10.495.759	5.586.858

Fonte: Dados da pesquisa

Por meio da tabela 1 e após o cálculo da média do PL das empresas, foram excluídas da amostra as empresas Algar Telecom S/A e Inepar Telecomunicações S/A. Portanto, a amostra final analisada neste estudo totalizou quatro empresas, a saber: Embratel Participações S/A, Oi S/A, Telefônica Brasil S/A e Tim Part. S/A.

A partir da amostra final, foram obtidas as demonstrações contábeis consolidadas destas empresas nos referidos sítios eletrônicos para os períodos de 2007 a 2010 e extraídas as informações necessárias para se calcular os indicadores financeiros (Índice de Liquidez Corrente e Índice de Liquidez Geral) e os indicadores econômicos (ROI e ROE) bem como para analisar os potenciais determinantes. A análise de 2007 a 2010 justifica-se em função de a convergência para as IFRS ter ocorrido no Brasil nesse período, sobretudo por meio da promulgação da Lei 11.638/07 e da Instrução CVM 457/07, a qual definiu que as companhias abertas brasileiras deveriam adotar as IFRS em suas demonstrações consolidadas a partir do exercício social findo em 31/12/2010.

Adicionalmente à avaliação desses indicadores, foram calculadas as médias aritméticas dos resultados dos índices por empresa, com a finalidade de viabilizar a comparação e a análise dos possíveis desvios encontrados.

4 ANÁLISES DOS RESULTADOS

Os resultados foram analisados de acordo com o maior desvio encontrado quando comparado com a média dos períodos avaliados. Dessa forma, buscou-se apontar quais os impactos causados pela adoção das normas internacionais.

O cálculo dos indicadores resultou nas tabelas 4, 5, 6 e 7, que terão seus resultados analisados por meio de subtópicos para as empresas Embratel Participações S/A, Telefônica Brasil, TIM e Oi, respectivamente.

4.1 Embratel Participações S.A

Tabela 4 – Cálculo dos indicadores Embratel Participações S/A

Índices	2007	2008	2009	2010	Média
Liquidez Corrente	0,85	0,80	0,94	0,86	0,86
Liquidez Geral	0,77	0,77	0,75	0,42	0,68
ROI	10%	8%	10%	6%	9%
ROE	7%	5%	10%	5%	7%

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com a Tabela 4, a média resultante (0,86) do cálculo do Índice de Liquidez Corrente da empresa Embratel Participações S.A., pode-se observar um aumento apresentado no índice de 0,94 no ano de 2009, ano em que a companhia reapresentou suas demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais. Este acréscimo é resultado do fato de o Ativo Circulante ter aumentado significativamente, na conta de Disponibilidades representadas por títulos do fundo exclusivo com vencimento inferior a 90 dias e o Passivo Circulante ter reduzido, na conta de Empréstimos e Financiamentos, em função das atividades normais da empresa. Não foram identificadas, nas análises, a aplicação de normas que pudessem provocar mudanças significativas nos resultados apresentados.

Já no Índice de Liquidez Geral, o maior desvio apresentado pela empresa foi no ano de 2010, no qual foi registrado um índice de 0,42 face à média de 0,68. Isso se deve à redução no ativo circulante da conta de disponibilidades representadas pelos fundos de investimento financeiros e aumento na conta de exigível a longo prazo, especificamente nas linhas de empréstimos e financiamentos devido à captação de recursos em moeda nacional junto à Sercomtel S.A. e junto à Claro Chile, totalizando aproximadamente R\$ 2 bilhões e nas linhas de debêntures, em que a companhia emitiu também cerca de R\$ 2 bilhões de debêntures quirografárias não conversíveis em ações. O reconhecimento e mensuração dessas debêntures não se alteraram em função da adoção das IFRS.

Referente ao índice ROI, a empresa em questão apresentou um desvio de 2,3% no ano de 2010, que, se comparado à média de 6,7% encontra-se um aumento considerável nas linhas de empréstimos e financiamentos devido à captação de recursos realizada pela organização e aumento nas linhas de debêntures, que se justifica pela emissão de debêntures quirografárias emitidas neste ano, sem uma correspondência direta no resultado do período desta empresa.

Analisando o índice ROE, observou-se um acréscimo neste indicador no ano de 2009, que apresentou um índice de 9,9% frente à média de 6,7%. Quando comparado aos períodos analisados, pode-se afirmar que este desvio é decorrente, principalmente, do aumento do lucro líquido, consideravelmente apresentado no resultado financeiro, nas linhas de variações cambiais. Apesar da adoção das IFRS já ter sido realizada neste ano, não se verificou a existência de impactos dessas, ocasionados pelas mudanças nas taxas de câmbio conforme apresentado no CPC 02.

4.2 Telefônica Brasil

Tabela 5 – Cálculo dos indicadores Telefônica Brasil

Índices	2007	2008	2009	2010	Média
Liquidez Corrente	0,92	1,06	1,02	0,9	0,97
Liquidez Geral	0,71	0,83	0,95	0,96	0,86
ROI	22%	23%	18%	20%	21%
ROE	15%	16%	14%	14%	15%

Fonte: Dados da pesquisa

Após a análise dos indicadores da empresa Telefônica Brasil exposto na Tabela 5, identificou-se um desvio de 0,09 comparado à média encontrada de 0,97 no Indicador de Liquidez Corrente no ano de 2008. Neste ano, a companhia optou por adotar, pela primeira vez, a lei 11.638/07 e suas Demonstrações Contábeis foram elaboradas, considerando algumas exceções requeridas e algumas isenções opcionais permitidas pelo pronunciamento contábil, CPC 13. Dentre estas isenções, a mais relevante tratada isenção sobre classificação de instrumentos financeiros.

Verificando as contas ligadas ao indicador de Liquidez Corrente, pode-se inferir que o acréscimo encontrado é decorrente de o fato do ativo circulante ter aumentado significativamente nas linhas de disponibilidades e o passivo circulante ter reduzido nas linhas de empréstimos e financiamentos, quando comparado aos anos anteriores. Nas linhas de disponibilidades, basicamente, as aplicações financeiras de curto prazo contribuíram para este cenário. Este acréscimo na conta de disponibilidade se deve ao aumento das atividades operacionais da empresa. Já no passivo circulante, houve redução na conta de empréstimos e financiamentos também comparados a períodos passados. Entre os principais bancos que fornecem empréstimos e financiamentos para a empresa em questão, podemos citar o BNDES e Médiocrédito. Diante disto, não se pode inferir que a norma impactou este indicador.

Em relação ao índice de Liquidez Geral, a companhia apresentou o maior desvio em 2007. Neste ano, a empresa não havia adotado as IFRS. Como o foco de análise deste estudo é o impacto das normas internacionais nos indicadores econômico-financeiros, tomou-se como análise o segundo maior desvio, encontrado em 2010. Em 2010, o índice encontrado foi de 0,96, enquanto a média foi de 0,86. Esta variação se deve a uma redução considerável nas disponibilidades, nas aplicações financeiras, seguindo a mesma linha da justificativa do índice anterior e redução nos empréstimos e financiamentos, mais expressivos nas linhas de debêntures. Esta redução ocorrida em 2010 se deve ao resgate efetuado das debêntures em circulação em sua totalidade no dia 07 de junho de 2010.

Para o índice ROI, a média encontrada foi de 21% e o maior desvio foi no ano de 2009, no qual o índice obtido foi de 18%. Em 2009, o Lucro Operacional Líquido foi o menor quando comparado aos demais períodos da amostra analisada. Este resultado foi impactado pela redução do Resultado Líquido do exercício. A redução em questão foi influenciada pela adoção das normas nos itens: reconhecimento de receitas e benefícios a empregados, nos planos de pensão, porém de forma pouco expressiva.

O índice ROE não apresentou grandes variações quando comparado à média dos períodos que foi de 15%. Em 2008, o índice foi de 16% e em 2009 e 2010, o índice foi de 14%. No ano de 2008, o Lucro Líquido foi o maior entre os períodos enquanto que o patrimônio líquido médio foi o menor dentre eles, contribuindo para que o índice resulte em um valor maior neste ano. Este aumento encontrado no Lucro Líquido no ano de 2008 foi impactado pela adoção das normas devido a alterações nos seguintes itens: arrendamento mercantil, instrumentos financeiros e desconto a valor presente de ativos de longo prazo.

Porém, cumpre ressaltar que este impacto foi pouco significativo, não influenciando de forma relevante o resultado deste índice.

4.3 TIM

Tabela 6 – Cálculo dos indicadores TIM

Índices	2007	2008	2009	2010	Média
Liquidez Corrente	1,05	0,99	1,13	1,11	1,07
Liquidez Geral	0,83	0,77	0,79	0,99	0,84
ROI	3%	4%	4%	18%	7%
ROE	1%	2%	3%	16%	5%

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme Tabela 6, o Índice de Liquidez Corrente teve o maior desvio encontrado para a empresa TIM no ano de 2008. A média encontrada para este índice foi 1,07 e o resultado encontrado neste ano foi 0,99, o que representou uma variação negativa de 7,5%. Verificando os resultados e comparando-os com o ano de 2009, o passivo circulante, nas linhas de fornecedores, contribuiu para o resultado deste índice. Os valores que colaboraram para este resultado foram observados nos contratos com fornecedores de materiais e serviços e nos serviços de interconexão, todos contratados em moeda nacional. Este desvio, quando comparado ao ano de 2008, torna-se relevante nas linhas de empréstimos e financiamentos, assim como verificado nas empresas analisadas anteriormente. Para este índice, não se encontraram influências das normas internacionais.

No Índice de Liquidez Geral, no ano de 2010, observou-se um desvio de 0,15 positivo, quando confrontado com a média que foi de 0,84. Neste ano, a companhia preparou suas primeiras demonstrações financeiras de acordo com os CPC's/IFRS. Para este aumento, pode-se citar a conta de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido, como a principal responsável para este desvio, uma vez que variou de R\$ 297 milhões em 2009 para R\$ 1,7 bilhão em 2010. Para este desvio, não foram encontrados impactos das IFRS.

Referente ao indicador ROI, o maior desvio encontrado também foi no ano de 2010, quando apresentou índice de 18% enquanto a média foi de 7%. O que contribuiu para que este indicador apresentasse este aumento expressivo, quando comparado aos anos anteriores, foi o resultado líquido do exercício, na conta de Imposto de Renda e Contribuição Social, nas linhas de Imposto de Renda diferido.

Para o índice ROE, a média encontrada foi de 5% e o maior desvio foi também no ano de 2010, quando o índice encontrado foi de 16%. Este desvio justifica-se pelo mesmo motivo do índice anterior, ROI. Trata-se do aumento no Lucro Líquido, na conta Imposto de Renda e Contribuição Social.

Para a empresa em questão, com a adoção das IFRS em 2010, houve a necessidade de realizar ajustes em algumas contas, para que as demonstrações representassem as normas internacionais adotadas neste ano. Apesar de estes ajustes terem sido realizados, de acordo com as demonstrações financeiras, a companhia não apresentou diferenças significativas nas demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com a BRGAAP (antiga norma utilizada) em relação ao IFRS.

4.4 Oi

A partir dos resultados encontrados na tabela 7, para a empresa Oi, o maior desvio identificado no Índice de Liquidez Corrente foi registrado no ano de 2009, quando o índice encontrado foi de 1,13, face à média de 1,26, o que corresponde a um decréscimo de 10,3%.

O índice encontrado em 2009 justifica-se pelo aumento significativo no passivo circulante, quando comparado aos períodos anteriores, contribuindo para que o índice fosse o menor entre eles. Este aumento se deve ao acréscimo nas linhas provisões e nas linhas de empréstimos e financiamentos.

Tabela 7 – Cálculo dos indicadores Oi

Índices	2007	2008	2009	2010	Média
Liquidez Corrente	1,35	1,28	1,13	1,27	1,26
Liquidez Geral	0,86	0,88	1,21	1,3	1,06
ROI	13%	16%	-3%	17%	11%
ROE	10%	12%	-9%	13%	6%

Fonte: Dados da pesquisa

Na conta de provisões, houve impactos das normas internacionais referente a reclassificações, aumentando o valor desta conta. Para as linhas de empréstimos e financiamentos, houve também impacto desta norma, porém com a redução da conta. De acordo com o CPC 40, o valor contábil dos instrumentos financeiros derivativos reconhecidos a valor justo por meio do resultado, anteriormente apresentados na conta de empréstimos e financiamentos, foram reclassificados e apresentados no balanço patrimonial. Desta forma, apesar de pouco significativa, esta influenciou no resultado do indicador em questão.

No índice de Liquidez Geral, em 2010 foi identificado o maior desvio, representando uma variação positiva de 0,24, quando comparado à média dos anos analisados que foi de 1,06. Este aumento se deve ao acréscimo no ativo circulante e realizável a longo prazo, não acompanhado no passivo circulante e exigível a longo prazo. O aumento expressivo se deu na conta de ativo circulante nas linhas de caixa e equivalente de caixa e nas aplicações financeiras. Para este aumento não foram encontrados interferências de normas internacionais.

Para o indicador ROI, a maior variação foi encontrada no ano de 2009, quando o índice encontrado foi de -3%, enquanto a média foi de 11%. Este desvio se deve principalmente à redução expressiva do resultado líquido deste ano, e em contrapartida um aumento considerável nos investimentos. O valor negativo encontrado neste índice deve-se ao fato de o resultado líquido do exercício apurado ter resultado em prejuízo. Antes da apresentação das demonstrações contábeis baseadas nas normas internacionais, a companhia havia apresentado prejuízo no período, porém, a adoção de normas contribuiu para que o prejuízo apresentado fosse menor. A norma que influenciou positivamente esta conta foi o Reconhecimento de Receita. Para o reconhecimento de receita de acordo com o CPC 30, as receitas de venda com cartões TUP (telefone de uso público) antes reconhecidas quando eram vendidos, com a norma passam a ser mensuradas e reconhecidas com base em estimativa de consumos dos minutos pelos clientes.

Analisando o índice ROE, o desvio também se justifica pelo resultado negativo do lucro líquido, apesar de o patrimônio líquido médio ter aumentado significativamente. A norma que atuou neste resultado foi o Reconhecimento de Receita, assim como inferido anteriormente.

A partir das análises realizadas para as empresas da amostra, a Tabela 8 demonstra uma síntese dos resultados encontrados.

Tabela 8 – Síntese resultados

EMPRESAS	ÍNDICES IMPACTADOS PELAS IFRS
Embratel	Não foram identificados impactos das IFRS
Telefônica Brasil	ROI E ROE
TIM	Não foram identificados impactos das IFRS
Oi	Liquidez Corrente, ROI e ROE

Fonte: Dados da pesquisa

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho foi analisar e identificar quais foram os impactos provocados nos indicadores econômico-financeiros de empresas de telecomunicações do Brasil, em função da adoção das normas internacionais de contabilidade. Para isto, foram coletadas as demonstrações das empresas de telecomunicações listadas na BOVESPA, com PL acima de R\$ 7.407.188 milhões, entre os períodos de 2007 a 2010 e realizados os cálculos dos indicadores: Índice de Liquidez Corrente, Índice de Liquidez Geral, ROI e ROE.

Após a análise dos desvios encontrados, concluiu-se que no geral houve impactos pouco expressivos nos indicadores econômico-financeiros, após a adoção das IFRS. Para a empresa Embratel Participações, não foram identificadas influências das IFRS nos indicadores econômico-financeiros calculados. Já na empresa Telefônica Brasil, apesar de pouco expressiva, as IFRS influenciaram no índice ROI, nos itens de Reconhecimento de Receitas e Benefícios a empregados (nos planos de Pensão) e no índice ROE nos itens Arrendamento Mercantil, instrumentos financeiros e desconto a valor presente de ativos de longo prazo. Na empresa Tim, assim como a empresa Embratel Participações, não foram encontrados, nas demonstrações contábeis, indícios de influências da adoção das normas internacionais nos indicadores calculados. Na empresa Oi, apesar de pouco significativos, foram encontrados impactos das IFRS nos indicadores de Liquidez Corrente, nos quais houve interferência das reclassificações realizadas e nos indicadores ROI e ROE, houve influência no reconhecimento da receita que impacta no resultado líquido do exercício da empresa em questão.

O estudo teve como limitação o período de 2007 a 2010, a amostra composta pelas empresas de telecomunicações do Brasil e os indicadores econômico-financeiros selecionados, tendo em vista a metodologia adotada na construção desta pesquisa.

Como sugestão de pesquisas futuras, recomenda-se a adoção de cálculos estatísticos mais robustos para avaliar a magnitude da variação encontrada. Além disso, fica, desde já, sugerida a adoção de outros setores como amostra para que estudos semelhantes possam servir de elementos para mapeamento da realidade de outros setores, diferentes do de Telecomunicações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.; LEMES, S.; WEFFORT, E.; MALAQUIAS, R. Análise da percepção sobre expressões de incerteza presentes nas normas internacionais de contabilidade. **Revista UNB Contábil** – Universidade de Brasília. Brasília/DF, v.11, n. 1-2, p. 240-259, jan./dez. 2008.

ALMEIDA, R.; COSTA, T.; SILVA, A.; LAURENCEL, L. Análise dos impactos das normas internacionais de contabilidade sobre o lucro líquido e o patrimônio líquido das empresas do setor de extração e processamento de recursos naturais. **Revista de Contabilidade do**

Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online), Rio de Janeiro, v. 16, n.3, p. 136-156, set/dez., 2011.

ANDRADE, M. **Como preparar trabalhos para cursos de pós graduação: noções práticas**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ANTUNES, J.; ANTUNES, G.; PENTEADO, I. A Convergência Contábil Brasileira e A Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade: O IFRS-1. IN: SEMEAD, 5., São Paulo, SP. **Anais...** São Paulo: SEMEAD, 2007.

ASSAF NETO, A.; LIMA, F. **Curso de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2009.

ASSAF NETO, A. **Finanças Corporativas e Valor**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CARVALHO, F.; PONTE, V.; COELHO, A.; LUCA, M. Impactos de alterações nas práticas contábeis nos indicadores financeiros das empresas Brasileiras. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11., São Paulo, SP. **Anais Eletrônicos...** São Paulo: FEA/USP, 2011.

CASCA, A. **Análise à aplicação e às implicações das IAS/IFRS nas demonstrações financeiras das empresas do sector das telecomunicações móveis de Portugal**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Auditoria) – Universidade Aberta, Portugal, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.2/1418>>. Acesso em: 11 abril 2013.

CASTRO, M. Uma contribuição ao estudo de harmonização das normas contábeis na era da globalização. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 1., São Paulo, SP. **Anais Eletrônicos...** São Paulo: FEA/USP, 2001.

COSTA, J.; YAMAMOTO, M.; THEÓPHILO, C. A aderência dos pronunciamentos contábeis do CPC às normas internacionais de contabilidade. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11., São Paulo, SP. **Anais Eletrônicos...** São Paulo: FEA/USP, 2011.

CFC. Resolução nº 1.055, de 7 de outubro de 2005. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC), e dá outras providências. **Conselho Federal de Contabilidade**, Brasília, DF, 08 out. 2005. Disponível em: <www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1055.doc> Acesso em: 29 dez. 2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. Disponível em:<<http://www.cpc.org.br/index.php>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. Disponível em:<www.dieese.org.br>. Acesso em: 10 jan. 2014.

EMBRATEL. Disponível em: <http://www.embratel.com.br/Embratel02/cda/portal/0,2997,RI_P_1004,00.html>. Acesso em: 01 dez. 2013.

IASB – International Accounting Standards Board. **International Financial Reporting Standards (IFRSs) 2008**. United Kingdom: IASB, 2008.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. **Manual de contabilidade das sociedades por ações:** aplicáveis a demais sociedades. 6. ed. rev. e atual. 9. reimp. São Paulo: Atlas, 2006.

LEMES, S.; SILVA, M. A experiência de empresas brasileiras na adoção das IFRS. **Revista Contabilidade Vista e Revista** - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG, v. 18, n.3, p. 37-58, jul./ set. 2007.

MARIA JUNIOR, E.; LYRA, I.; SARLO NETO, A.; BORTOLON, P. A interferência do padrão IFRS nos índices econômico-financeiros das empresas listadas na BM&FBOVESPA. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 12., São Paulo, SP. **Anais Eletrônicos...** São Paulo: FEA/USP, 2012.

MALAQUIAS, R. **Disclosure de instrumentos financeiros segundo as normas internacionais de contabilidade:** evidências empíricas de empresas brasileiras. 2008. 163. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2008.

MARTINS, G. de A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações.** São Paulo: Atlas, 2007.

MATARAZZO, D. **Análise Financeira de Balanços:** abordagem básica e gerencial. São Paulo: Atlas, 2003.

NIYAMA, J. **Contabilidade Internacional.** São Paulo: Atlas, 2008.

OI. Disponível em:

<http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43697&conta=28&id=0&temp=5&tdoc=9>. Acesso em: 01 dez.2013

OLIVEIRA, A.; SILVA, A.; ZUCACARI, S. A análise das demonstrações contábeis e sua importância para evidenciar a situação econômica e financeira das organizações. **Revista Eletrônica Gestão e Negócios**, v. 1, n.1, 2010.

OLIVEIRA, V.; LEMES, S. Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB por empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças** – Universidade de São Paulo. São Paulo/SP, v.22, n. 56, p. 155-173, maio/jun./jul./ago. 2011.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – CASA CIVIL. **Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007.** Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm> Acesso em: 03 de mar. 2013.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, I. M. (Org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade:** teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

TELEFÔNICA. Disponível

em: <http://telefonica.mediagroup.com.br/pt/Info_Mercado/Relatorios_CVM.aspx>. Acesso em: 12 dez. 2013.

TELETIME: **Brasil lidera geração de empregos em Telecom na América Latina**. 2013.

Disponível em: <<http://www.teletime.com.br/16/04/2013/brasil-lidera-geracao-de-empregos-em-telecom-na-america-latina/tt/337317/news.aspx>>. Acesso em: 01 Dez.2013.

TIM. Disponível

em: <<http://ri.tim.com.br/listgroup.aspx?idCanal=H8ikjwrlDdXIWB9asvxWPQ==>>. Acesso em: 01 dez. 2013.